

Quando uma mulher
Quilombola tomba, o quilombo
se levanta com ela!



MULHERES QUILOMBOLAS POR JUSTIÇA CLIMÁTICA

“NÃO ADIANTA SOFRERMOS JUNTOS(AS)
E LUTARMOS SEPARADOS(AS) ”



elas IBIRAPITANGA

FICHA TÉCNICA

Título do Documento

MULHERES QUILOMBOLAS POR JUSTIÇA CLIMÁTICA

Sistematização e Escrita

Franciléia Paula de Castro (Fran Paula)

Diagramação e Design Gráfico

Andréia Gualberto

Revisão Técnica

Selma Dealdina Mbaye

Organização

Coletivo/Secretaria Nacional de Mulheres da CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas

Entrevistadas

Edna da Paixão Santos
Isabel Cristina Silva de Sousa
Jane Santos Krull
Laura Ferreira da Silva
Maria do Socorro Fernandes da Cruz
Maria Isabel Cabral da Silva
Nilce de Pontes Pereira dos Santos
Rosely de Fátima Oliveira

Coordenação Executiva da CONAQ

Arilson Ventura
Fábio de Sousa
Florisvaldo Rodrigues
Ivo Fonseca Silva
José Andrey Cardoso
José Silvano Silva
Laura Ferreira
Maria Isabel Cabral
Maria Rosalina dos Santos
Núbia Cristina Souza
Rejane Oliveira
Sandra Pereira Braga
Xifroneze Santos

Diretor Presidente da Negra Anastácia

Jhonny Martins de Jesus



Coordenação Nacional de
Articulação das Comunidades
Negras Rurais e Quilombolas

Data:

outubro de 2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas.

Mulheres quilombolas por justiça climática
[livro eletrônico] / Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas. -- Brasília : Associação Nacional de Quilombos para Cooperação Negra Anastácia, 2025.

24 p.

Formato: PDF

ISBN 978-65-996160-9-9

1. Mulheres negras quilombolas. 2. Justiça climática.
3. Racismo energético. 4. Racismo ambiental. 5. Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP 30). I. Título.

CDD-305.4

Sueli Costa - Bibliotecária - CRB-8/5213
(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

Índices para catálogo sistemático

1. Mulheres : Questões morais e sociais 305.4



SUMÁRIO

CHAMADO À MOBILIZAÇÃO QUILOMBOLA RUMO À COP 30 MULHERES QUILOMBOLAS DE TODO O BRASIL, ESTE É O NOSSO TEMPO.	05
--	----

MULHERES QUILOMBOLAS POR JUSTIÇA CLIMÁTICA	06
---	----

SEM NÓS, NÃO HÁ TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA.	10
--	----

IMPACTOS DA CRISE CLIMÁTICA NOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS.	11
--	----

NOSSO PROTAGONISMO NA JUSTIÇA CLIMÁTICA	14
--	----

JUSTIÇA CLIMÁTICA, RACIAL E DE GÊNERO: DIÁLOGOS E CONFRONTOS COM AS POLÍTICAS OFICIAIS	16
--	----

NOSSAS DEMANDAS AO ESTADO BRASILEIRO	18
---	----

PROPOSTAS DAS MULHERES QUILOMBOLAS PARA A JUSTIÇA CLIMÁTICA	21
---	----

CHAMADO À MOBILIZAÇÃO QUILOMBOLA RUMO À COP 30

MULHERES QUILOMBOLAS DE TODO O BRASIL, ESTE É O NOSSO TEMPO.

A COP 30 acontecerá no nosso país, em nosso território, e não aceitaremos que ela se construa sem nossas vozes, nossos passos, nossas demandas e nossas soluções. Por isso, este documento é mais do que uma nota técnica, é uma carta política, escrita a muitas mãos, a partir das escutas, da dor, da luta e da sabedoria das mulheres que seguem sustentando a vida nos quilombos.

Nós não somos coadjuvantes da luta climática. Somos as que cuidam, que resistem e que sabem. Somos guardiãs da sociobiodiversidade brasileira e promotoras de justiça climática em todos os biomas deste país. E é por isso que dizemos, com firmeza:

não haverá transição ecológica sem território titulado, sem reparação histórica, sem financiamento direto, sem escuta real das mulheres negras quilombolas.

O cenário internacional tem reconhecido, ainda que tardiamente, o papel dos povos afrodescendentes na preservação da vida. A conquista do artigo 8(j) da Convenção da Biodiversidade, que incluiu nossos direitos no marco global, é também fruto da nossa luta. Agora, é hora de exigir que o Brasil cumpra o que promete lá fora, aqui dentro.

Sabemos que a COP 30 será palco de disputas. E é por isso que este documento também é convocação. Convocamos todas as mulheres quilombolas, jovens e mais velhas, das águas e do campo, dos matos e das periferias, a se organizarem politicamente, a ocuparem os espaços da luta climática com a força dos seus passos, com seus turbantes, maracás, seus mapas, seus mantos e suas palavras.

Não vamos mais permitir que decidam por nós.

Não vamos aceitar o racismo ambiental travestido de economia verde.

Não seremos cooptadas, invisibilizadas ou usadas como vitrine.

Este é o chamado das mulheres quilombolas da CONAQ rumo à COP 30, um chamado à mobilização, à resistência, à escuta e à ação coletiva. Seguimos de pé, com a terra nos pés e o futuro nas mãos.



VAMOS JUNTAS,
IRMÃS. É HORA DE
FAZER ECOAR
NOSSAS VOZES NO
MUNDO!



MULHERES QUILOMBOLAS POR JUSTIÇA CLIMÁTICA

“ NÃO ADIANTA SOFRERMOS
JUNTOS(AS) E LUTARMOS
SEPARADOS(AS) ”



A crise climática não é uma abstração nos territórios quilombolas. Ela se revela no solo esturricado que antes era fértil, na água que falta para beber, no alimento que não brota com o mesmo vigor, nas doenças que se espalham com mais rapidez e no tempo que deixa de obedecer aos ciclos da natureza. Ela se faz sentir no corpo das mulheres que seguem sustentando a vida, mesmo diante da escassez. E é justamente nesses corpos, nesses territórios e nesses saberes que habitam as respostas mais urgentes e potentes para o enfrentamento do colapso climático.

Esta nota técnica e de posicionamento é fruto de escutas realizadas com mulheres quilombolas de diferentes regiões do país que integram o Coletivo Nacional de Mulheres da CONAQ. São vozes que falam desde a terra, desde o cuidado, desde a luta e desde a memória ancestral. Mais do que denunciar os impactos ambientais e sociais que recaem com violência sobre os quilombos e a vida das mulheres, este documento afirma um outro projeto de futuro: um projeto de justiça climática que é, ao mesmo tempo, justiça racial, territorial e histórica.

Da Eco 92 à COP 30 o que mudou, e o que continua a faltar? O Brasil se orgulha de ocupar um lugar de liderança nas negociações ambientais internacionais. Mas, ao longo dessas três décadas, quais povos foram realmente escutados? Que políticas públicas emergiram desses encontros e quantas delas alcançaram os territórios quilombolas?



A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável falam de sustentabilidade com justiça, mas historicamente ignoraram as bases raciais das desigualdades ambientais. Só recentemente foi proposto o ODS 18, com o objetivo de alcançar a equidade étnico-racial na sociedade brasileira. No entanto, o que se vê, na prática, é que a inclusão quilombola continua sendo periférica ou simbólica, nos debates internacionais, inclusive na preparação da COP 30.

O documento brasileiro de Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), apesar de mencionar justiça de gênero, raça e saberes ancestrais, ainda carece de instrumentos concretos de participação, escuta ativa e financiamento direto para as comunidades quilombolas.

A transição ecológica anunciada até 2035 continua centrada nos grandes setores econômicos, e não contempla planos específicos para quem protege os ecossistemas mais ameaçados: os povos quilombolas, indígenas e tradicionais. Faltam, ainda, mecanismos para garantir que nossas práticas, nossos territórios e nossos modos de vida sejam parte estrutural das estratégias de mitigação e adaptação.



SEM NÓS, NÃO HÁ TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA.

O contexto político que antecede a COP 30 tem evidenciado um histórico contínuo de omissão, silenciamento e ausência de ações concretas por parte do Estado brasileiro em relação às comunidades quilombolas no debate climático. Apesar de menções formais recentes em documentos oficiais, não há, até o momento, garantias reais de escuta qualificada, participação efetiva ou recursos destinados à presença quilombola nos espaços oficiais da COP 30.

A anulação de vozes, que são fundamentais para a preservação da sociobiodiversidade e da vida no Brasil, revela um racismo ambiental que precisa ser enfrentado com urgência.

É neste contexto que nós mulheres quilombolas nos posicionamos com firmeza. A justiça climática que reivindicamos não se faz com retórica vazia, mas com escuta real, com território reconhecido, com recursos acessíveis e com protagonismo garantido.

A crise climática não se enfrentará sem as mãos, os corpos, os saberes e a luta das mulheres quilombolas. Não haverá mutirão climático no Brasil se ele continuar ignorando quem, historicamente, conserva, cuida e resiste.

Somos lideranças, guardiãs da biodiversidade, promotoras de saúde e sustentação alimentar, educadoras ambientais, políticas e memória viva de um Brasil profundo. Com a intensificação da crise climática, também recai sobre nós um aumento brutal das responsabilidades de cuidado com a casa, a alimentação, a saúde das famílias, os territórios e os saberes.

O que é chamado de “adaptação” ao clima é, muitas vezes, vivido pelas mulheres como um acúmulo silencioso de tarefas e sacrifícios, que são invisibilizados nas decisões políticas. Ainda assim, cuidam e resistem. Fazem da escassez um campo de criação. E é por isso que o cuidado, aqui, é também linguagem de luta.

Nossos saberes e práticas não podem ser tratados como “alternativas complementares”, mas como tecnologias sociais centrais na transição ecológica que o mundo exige. E isso vale para todos os territórios: do campo ao asfalto, do quilombo à periferia. As mulheres quilombolas estão na roça, mas também nos becos, nas favelas e nos territórios urbanos onde a luta por terra, água e dignidade se reinventa a cada dia.

A justiça climática que reivindicamos é integral, interterritorial e radicalmente antirracista.

Esta nota é, portanto, um instrumento estratégico de mobilização e incidência do Coletivo/Secretaria de Mulheres da CONAQ na agenda climática nacional e internacional.

Um documento coletivo que apresenta, com clareza e firmeza, as denúncias, propostas e exigências das mulheres quilombolas para a justiça climática no Brasil e no planeta.



IMPACTOS DA CRISE CLIMÁTICA NOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

As mudanças climáticas têm impactado de forma desigual e violenta os nossos territórios quilombolas. Nós, mulheres quilombolas, vivemos e sentimos esses efeitos todos os dias: a seca que castiga nossas plantações, as chuvas intensas fora de época que arrastam o que cultivamos com tanto esforço, o calor que aumenta e a água limpa que falta.

O que chamam de “eventos extremos” são, para nós, rompimentos nos ciclos da vida, da produção, do cuidado e da cultura. E em muitos dos nossos quilombos, especialmente os mais isolados, enfrentamos dificuldades severas de acesso, transporte e circulação. Quando chove demais, ficamos ilhadas. Quando a estiagem se prolonga, não conseguimos plantar. A produção de alimentos diminui, a pesca artesanal desaparece e a insegurança alimentar se espalha dentro das nossas comunidades.

Esses impactos não são apenas ambientais, são sociais, culturais e estruturais. Quando perdemos uma erva medicinal, uma semente crioula, um saber passado pelas mães velhas, estamos perdendo também nossa autonomia, nossa saúde, nossa ancestralidade. A terra adocece, e com ela adoecemos nós.

“A GENTE
SENTE NO
CORPO O QUE
ESTÁ
ACONTECENDO
NA TERRA.”



Essa frase resume o que vivemos cotidianamente: a crise climática também é uma crise dos nossos corpos. Quando a terra adoece, nós adoecemos. Quando o mato seca, o leite seca. Quando a água falta, falta também força pra seguir em pé.

O aumento das doenças respiratórias, das viroses, das infecções ligadas à água contaminada e ao calor excessivo não são coincidência, são expressão direta do desrespeito com o equilíbrio da vida. A destruição ambiental nos impõe doenças físicas, mentais e espirituais.

Carregamos nos ombros o cuidado com os outros, e ainda assim não somos cuidadas. A crise climática aumenta a sobrecarga de trabalho, o cansaço, a dor, o medo e o sofrimento das mulheres, principalmente das mais velhas. A gente perde o sono com a roça que não vingou, com o poço que secou, com o filho que ficou doente. A dor do território é a dor no corpo. E isso não entra nos relatórios climáticos, mas molda nossas vidas todos os dias.

É por isso que dizemos: corpo e território são um só. A justiça climática que queremos precisa enxergar essa verdade. Enquanto houver terra devastada, haverá corpo adoecido.

A crise climática recai com força sobre os nossos corpos e nos impõe ainda mais responsabilidades. Somos nós que garantimos a água no pote, o feijão na panela, o remédio do mato, o cuidado com as crianças e os mais velhos. Mesmo com menos recursos, seguimos sustentando a vida nos territórios. Cuidamos das pessoas, da terra, das sementes, dos animais e das memórias.

Em alguns lugares, já não temos mais acesso às fontes de água, ao mato onde colhíamos nossas folhas, aos caminhos por onde andávamos com liberdade. O solo já não responde como antes. A fome ameaça voltar, e os conflitos se intensificam, dentro e fora das nossas comunidades. E ainda assim resistimos.

Algumas de nós seguem nos territórios mesmo diante da ameaça do deslocamento forçado, porque o nosso chão é o lugar onde está enterrado o nosso umbigo, a nossa história, a nossa dignidade.

Sabemos que quem menos contribuiu para o colapso climático é quem mais sofre com ele. E sabemos também que não estamos nos planos oficiais de mitigação e adaptação. Nossos modos de vida, nossos territórios e nossos saberes continuam invisibilizados nas políticas climáticas do Brasil.

Denunciamos aqui que vivemos na linha de frente da crise, mas seguimos fora das decisões e dos investimentos.





SEM NÓS,
MULHERES
QUILOMBOLAS,
NÃO HAVERÁ
JUSTIÇA CLIMÁTICA
NEM TRANSIÇÃO
ECOLÓGICA
VERDADEIRA.

NOSSO PROTAGONISMO NA JUSTIÇA CLIMÁTICA

Nós, mulheres quilombolas, estamos na linha de frente da luta por justiça climática. Nossos corpos, nossas práticas e nossos territórios são o que sustenta a vida em meio à crise. Não somos vítimas passivas das mudanças climáticas, somos agentes de resistência, de cuidado, de denúncia e de construção de caminhos para o futuro.

Em cada território, somos nós que mantemos vivos os saberes ancestrais sobre o manejo da terra, o cuidado com as águas, as sementes crioulas, as ervas medicinais, os ciclos da natureza. Praticamos a agroecologia muito antes que ela ganhasse esse nome. Preservamos florestas, cultivamos diversidade, garantimos alimento para nossas famílias e para a comunidade. Fazemos isso em meio à escassez, à violência, ao abandono do Estado, e seguimos fazendo.

Não é coincidência que os nossos territórios sejam, historicamente, os que mais preservam a vegetação nativa nos biomas brasileiros, não só na Amazônia, mas também no Cerrado, na Caatinga, na Mata Atlântica, no Pantanal e nos Pampas. Nossas formas de viver e de cuidar da terra são centrais para a conservação ambiental e para o equilíbrio climático.

Também queremos afirmar, com força, a sociobioeconomia quilombola como parte da agenda de justiça climática. Esse termo tem ganhado destaque nos espaços internacionais, principalmente nos compromissos ligados ao financiamento climático e às metas de conservação da biodiversidade, como a meta 30x30. No entanto, temos visto a bioeconomia ser apropriada por modelos empresariais que seguem explorando os territórios e os conhecimentos tradicionais sem redistribuição de poder ou renda.

Para nós, mulheres quilombolas, sociobioeconomia é muito mais do que “uso sustentável de recursos naturais”, é a valorização dos nossos modos de vida, da gestão coletiva dos bens comuns, da autonomia alimentar, do trabalho das mulheres, das tecnologias ancestrais e do vínculo espiritual com a terra.

Defendemos que os recursos destinados à transição ecológica também reconheçam e apoiem as iniciativas sociobioeconômicas quilombolas, com acesso direto, desburocratizado e com respeito à nossa organização política. Não aceitaremos que a bioeconomia se torne um novo nome para velhas formas de expropriação.



No entanto, continuamos sendo invisibilizadas ou mal nomeadas nas negociações globais. Questionamos, de forma crítica, o uso genérico da expressão “comunidades locais”, uma categoria que nos apaga como povos com identidade, história, direitos coletivos e processos organizativos próprios. A justiça climática precisa reconhecer, nomear e respeitar: somos povo quilombola, com modos de vida próprios, reconhecidos na Constituição brasileira e no direito internacional.

A Conferência das Partes sobre Biodiversidade (COP 16), realizada em 2024 na Colômbia, representou um marco importante ao incluir, pela primeira vez, os povos afrodescendentes no Artigo 8(j) da Convenção sobre Diversidade Biológica, reconhecendo nossos saberes, práticas e direitos. A CONAQ contribuiu ativamente nesse processo, e seguiremos reafirmando essa pauta na COP 30. Assim, não aceitaremos retrocessos ou apagamentos: não há justiça climática sem justiça racial e reparação histórica.

“AS MULHERES SÃO AS PRIMEIRAS A PERCEBER O QUE MUDA NO TERRITÓRIO E AS ÚLTIMAS A SAIR DELE.”

É por isso que exigimos ser escutadas, não como convidadas, mas como sujeitas políticas. Temos participado de conselhos, audiências, conferências, plenárias, articulações nacionais e internacionais. Fazemos incidência política com coragem e sabedoria, e nossa atuação é coletiva. Não falamos por uma ou outra comunidade: falamos desde a história de um povo que sobreviveu ao cativeiro e que hoje luta pelo reconhecimento pleno de sua existência.

Nossas práticas são tecnologias sociais quilombolas. São saberes construídos por gerações de mulheres negras que cuidaram da terra como extensão do seu próprio corpo. Não queremos ser incluídas de forma decorativa em políticas prontas. Queremos que nossas práticas e vozes construam essas políticas desde o início.

A justiça climática que defendemos não pode ignorar a dimensão racial, de gênero e territorial da crise. Somos mulheres negras, do campo, da floresta, das águas e das periferias. E o que temos feito é segurar o mundo com as mãos, enquanto ele desaba nas promessas de quem não nos escuta.

A luta por justiça climática é também a luta pela titulação dos nossos territórios, pelo direito ao cuidado, pela valorização da nossa economia, pelo reconhecimento dos nossos saberes. Não há transição ecológica justa se ela continuar sendo feita sem nós, ou contra nós.



JUSTIÇA CLIMÁTICA, RACIAL E DE GÊNERO: DIÁLOGOS E CONFRONTOS COM AS POLÍTICAS OFICIAIS

Ao mesmo tempo em que o Brasil se apresenta ao mundo como liderança ambiental, nós, mulheres quilombolas, seguimos sem ser ouvidas, consultadas ou respeitadas nas decisões oficiais sobre o clima. As políticas públicas que definem os rumos da transição ecológica continuam sendo elaboradas sem a nossa participação efetiva, sem reconhecer nossos territórios como ativos climáticos, e sem garantir acesso direto aos recursos anunciados para enfrentamento da crise.

O documento brasileiro de Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), afirma compromissos com justiça de gênero, racial e com saberes ancestrais. No entanto, na prática, essas palavras não se materializam em instrumentos concretos que reconheçam os povos quilombolas como parte central da estratégia climática brasileira. Não há garantia de consulta prévia, livre e informada, nem previsão de participação com voz e voto nos espaços de decisão.

Seguimos fora dos mecanismos de governança, mesmo sendo quem mais conserva os biomas.

O Plano Nacional de Adaptação também menciona “promoção da justiça climática com base em raça, gênero, etnia e classe social”, mas sem detalhar como isso será feito. Falar de justiça climática sem enfrentar o racismo ambiental é discurso vazio.

Da mesma forma, observamos com atenção e crítica os compromissos assumidos pelo Brasil na agenda internacional, como a meta de conservação 30x30. A meta em si é importante, mas precisa reconhecer quem já conserva.

Não aceitaremos que territórios quilombolas não titulados sejam considerados “áreas de conservação” sem que seus direitos estejam garantidos. Preservação sem titulação é racismo. Conservação sem povo é violação.

Também vemos com preocupação as prioridades anunciadas para a mitigação climática. O Brasil tem destacado soluções como captura e armazenamento de carbono, projetos de compensação ambiental e bioeconomia de mercado. No entanto, essas propostas desconsideram as verdadeiras causas da crise: o agronegócio predatório, a grilagem, os megaprojetos de infraestrutura e o racismo fundiário que exclui os povos do campo.

**A VERDADEIRA MITIGAÇÃO É
GARANTIR FLORESTA EM PÉ,
COM O POVO EM PÉ.
E NÓS, MULHERES QUILOMBOLAS,
TEMOS FEITO ISSO HÁ SÉCULOS.**





As estratégias oficiais seguem orientadas aos grandes setores da economia, sem apresentar nenhum plano climático voltado especificamente para os povos quilombolas ou comunidades tradicionais. Exigimos que as metas climáticas brasileiras incorporem a titulação dos territórios como política central de adaptação e mitigação. Sem isso, não haverá equidade, nem transformação real.

Também reivindicamos que o Brasil avance na aplicação do ODS 18, voltado à equidade étnico-racial, garantindo que as políticas ambientais e climáticas reconheçam as desigualdades raciais como estruturantes da crise e do acesso à terra, à água, à saúde e ao financiamento. Não se pode falar em desenvolvimento sustentável sem justiça racial.

Por fim, questionamos a forma como a “bioeconomia” tem sido promovida como solução verde. A proposta atual segue invisibilizando a sociobioeconomia quilombola, capturando nossos saberes e territórios sem redistribuição de poder. Se os recursos internacionais forem canalizados para os mesmos atores de sempre, o colonialismo climático se renovará com outra roupa.

Exigimos políticas climáticas que respeitem os nossos nomes, os nossos modos de vida e os nossos direitos. Sem o protagonismo das mulheres quilombolas, não há justiça climática possível.

NOSSAS DEMANDAS AO ESTADO BRASILEIRO

Nós, mulheres quilombolas, não estamos mais dispostas a esperar promessas futuras nem discursos vazios. Queremos que o Estado brasileiro cumpra seu dever constitucional e histórico de garantir nossos direitos territoriais, ambientais, culturais e políticos. A crise climática já está entre nós, e não há tempo para medidas simbólicas. O que exigimos é ação concreta, estruturante e com centralidade na vida dos povos quilombolas.

As políticas públicas precisam deixar de tratar as comunidades quilombolas como invisíveis ou genéricas. Exigimos que o Estado reconheça nossa especificidade enquanto povo negro com história própria, com território ancestral, com práticas coletivas e com organização política.

1. Titulação dos territórios quilombolas como prioridade climática e fundiária

Sem território garantido, não há justiça climática. O primeiro passo é acelerar os processos de regularização fundiária de forma definitiva, com segurança jurídica, orçamento específico e prioridade institucional. A titulação precisa ser reconhecida como política de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

2. Participação efetiva e qualificada das mulheres quilombolas nas decisões climáticas

Exigimos estar nos espaços de formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas ambientais e climáticas, com representação das nossas organizações, escuta ativa e poder de decisão. Não aceitamos ser apenas “consultadas” depois que tudo está decidido.

13. Financiamento direto, desburocratizado e contínuo para iniciativas quilombolas

As políticas climáticas e os fundos nacionais e internacionais devem garantir acesso direto e prioritário às comunidades quilombolas, especialmente às iniciativas lideradas por mulheres. Precisamos de recursos para agroecologia, segurança alimentar, recuperação de nascentes, tecnologias sociais, formação política e proteção dos territórios.



4. Proteção contra empreendimentos predatórios e racismo ambiental

É dever do Estado garantir que nossos territórios estejam livres da violência ambiental promovida por agrotóxicos, mineração, desmatamento, usinas, parques eólicos e outros projetos que colocam nossas vidas em risco. Exigimos a aplicação obrigatória, transparente e vinculante do direito à Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI), conforme estabelece a Convenção 169 da OIT. Não aceitamos que a consulta seja apenas um protocolo formal ou uma etapa simbólica. Toda decisão que afete nossos territórios deve passar pelo diálogo real com as comunidades quilombolas, com respeito aos nossos tempos, idiomas e formas de organização. Exigimos também a criação de mecanismos de monitoramento, responsabilização e reparação em casos de violação.

Neste momento, diante da aprovação do Projeto de Lei 2.159/2021 no Congresso Nacional, que pretende desmontar o licenciamento ambiental no Brasil, exigimos que o Presidente da República vete integralmente essa proposta. O PL da Devastação representa uma grave ameaça à vida nos nossos territórios e é incompatível com qualquer compromisso sério de justiça climática e proteção da sociobiodiversidade.

5. Implementação do ODS 18 com transversalidade racial e territorial

O Estado brasileiro deve aplicar o ODS 18 com prioridade nas políticas ambientais, fundiárias e climáticas, reconhecendo as desigualdades estruturais que impactam a vida dos povos quilombolas. Justiça climática exige justiça racial.

6. Reconhecimento dos saberes e tecnologias das mulheres quilombolas

Nossas práticas de cuidado, cultivo, manejo e cura são tecnologias sociais que devem ser valorizadas como soluções reais para a crise climática. Queremos políticas que respeitem nossos tempos, nossas formas de organização e nossos modos de viver e conservar.



7. Fortalecimento das organizações quilombolas

O Estado deve garantir apoio institucional, técnico e financeiro às organizações que representam os povos quilombolas, como a CONAQ, reconhecendo seu papel estratégico na defesa de direitos, na incidência política e na construção de alternativas para o país.

8. Alinhamento com a pauta afrodescendente internacional na agenda climática

Também reforçamos, junto à Coalizão Internacional de Afrodescendentes da América Latina e Caribe, da qual a CONAQ faz parte, que o Estado brasileiro deve:

- Reconhecer os povos afrodescendentes, incluindo os povos quilombolas, como sujeitos de direito coletivo no plano internacional, com identidade própria, e não como meras “comunidades locais”
- Garantir a inclusão explícita e qualificada dos povos afrodescendentes nas NDCs e em todos os mecanismos e instrumentos climáticos nacionais e internacionais;
- Apoiar a criação de espaços próprios de representação afrodescendente, como o Fórum e o Caucus Afrodescendente dentro da UNFCCC;
- Proteger os territórios afrodescendentes contra megaprojetos de transição energética que violam o direito à consulta prévia, livre e informada;
- Assegurar financiamento climático específico, direto e desburocratizado às comunidades afrodescendentes, reconhecendo nosso papel na preservação da biodiversidade, na contenção das mudanças climáticas e na construção de alternativas sustentáveis.

Essas são reivindicações construídas coletivamente, enraizadas nas experiências dos povos afrodescendentes do continente, e que devem ser assumidas com urgência pelo Estado brasileiro se quiser, de fato, liderar uma agenda climática justa.

Nós, mulheres quilombolas, não estamos pedindo inclusão, estamos exigindo reparação. O futuro do Brasil passa pelos nossos territórios. E é com nossas vozes, nossos passos e nossas sementes que construiremos um clima de justiça para todos os povos.



PROPOSTAS DAS MULHERES QUILOMBOLAS PARA A JUSTIÇA CLIMÁTICA

Nós, mulheres quilombolas, não estamos apenas denunciando os impactos da crise climática, estamos apresentando caminhos. Nossos saberes, práticas e modos de vida já constroem soluções concretas, sustentáveis e justas. A justiça climática que defendemos não será construída sem nós, nem contra nós, ela será construída a partir dos nossos territórios.

Apresentamos aqui propostas fundamentais para enfrentar a crise climática com justiça racial, territorial e de gênero, a partir da realidade e das contribuições das comunidades quilombolas.

1. Território e Regularização Fundiária como Eixo Climático

- Reconhecer a titulação dos territórios quilombolas como política de mitigação e adaptação climática.
- Priorizar os territórios quilombolas nas metas de conservação e uso sustentável da biodiversidade.
- Vincular os compromissos climáticos internacionais à regularização fundiária coletiva, com orçamento e prazos definidos.

2. Financiamento Direto para Mulheres Quilombolas

- Criar mecanismos específicos e desburocratizados de financiamento climático direto para iniciativas quilombolas lideradas por mulheres.
- Apoiar financeiramente sistemas agroflorestais, quintais produtivos, bancos de sementes, farmácias vivas, tecnologias sociais e sociobioeconomias negras.
- Garantir recursos para formação técnica, política e intergeracional de mulheres quilombolas em temas climáticos.

3. Participação Política Efetiva

- Garantir a presença formal de mulheres quilombolas em espaços de decisão sobre clima e biodiversidade, como conselhos, conferências, comissões e a COP 30.
- Fortalecer o reconhecimento da CONAQ e dos coletivos de mulheres quilombolas como interlocutoras legítimas nas políticas climáticas nacionais e internacionais.
- Apoiar a criação de fóruns afrodescendentes permanentes dentro da UNFCCC e nos espaços climáticos nacionais.



4. Educação, Comunicação e Cultura para a Justiça Climática

- Apoiar e expandir experiências de educação quilombola com enfoque em justiça climática, agroecologia e ancestralidade.
- Criar e financiar espaços comunitários de comunicação popular nos territórios, valorizando as vozes das mulheres.
- Incentivar projetos de memória, arte e cultura que conectem território, espiritualidade, biodiversidade e clima.

5. Reconhecimento da Sociobioeconomia Quilombola

- Incluir a sociobioeconomia quilombola como eixo estratégico da política climática brasileira e das agendas internacionais de conservação.
- Reconhecer nossas formas de produzir, conservar e curar como tecnologias sociais de baixo carbono.

Garantir que a bioeconomia não se torne um novo ciclo de expropriação dos nossos territórios e saberes.

6. Cuidados, Saúde e Bem-Viver no Centro da Transição Ecológica

- Reconhecer que a crise climática também é uma crise dos corpos das mulheres negras, com impactos diretos na saúde física, mental e espiritual.
- Incluir as práticas de cuidado, cura e solidariedade desenvolvidas por mulheres quilombolas como parte da resposta sistêmica à crise climática.
- Apoiar políticas de soberania alimentar, fitoterapia, segurança hídrica e acesso à terra como políticas de saúde e clima.

Essas propostas não são futuras: elas já estão vivas em nossos territórios. O que falta é que o Estado, os organismos internacionais e os financiadores climáticos parem de ignorar e comecem a caminhar conosco.





